

NOTAS PARA CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL.

Viviane Souza Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro / FAMINAS- Muriaé-MG
Doutoranda em Serviço Social
vsp01@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta um extrato da dissertação de Mestrado em Serviço Social, intitulada “População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social”, defendida pela autora em 2007 na Universidade Federal de Juiz de Fora-MG. A abordagem central articula uma reflexão, realizada a partir de um estudo da gênese da questão social, da situação da população de rua no Brasil, de forma geral, e em uma cidade média, buscando identificar aspectos comuns e diversificados. Seleccionamos para apresentação nesse estudo, cinco entrevistas realizadas com moradores de rua de Juiz de Fora-MG, através de um roteiro elaborado previamente. A análise e interpretação qualitativa dos conteúdos foi dividida em dois eixos, a saber: perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário e perda de vínculos com o mercado formal e informal de trabalho. Cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno no Brasil.

Palavras-chave: questão social; População de rua.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um extrato da dissertação de Mestrado em Serviço Social, intitulada População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social, defendida pela autora em 2007 na Universidade Federal de Juiz de Fora-MG. A abordagem central articula uma reflexão, realizada a partir de um estudo da gênese da questão social, da situação da população de rua no Brasil, de forma geral, e em uma cidade média, buscando identificar aspectos comuns e diversificados. Seleccionamos para apresentação nesse estudo, cinco entrevistas realizadas com moradores de rua de Juiz de Fora-MG, através de um roteiro elaborado previamente. Como critério de

escolha dos entrevistados optamos pelo tempo de vida na rua. Tomando Vieira (2004, p. 95) como referência, entrevistamos aqueles para quem “a rua tornou-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva”, pessoas que vivenciam as ruas de Juiz de Fora há mais de seis anos. As entrevistas foram realizadas, pela pesquisadora, no período noturno, nas ruas da cidade.

A análise e interpretação qualitativa dos conteúdos foi dividida em dois eixos, a saber: perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário e perda de vínculos com o mercado formal e informal de trabalho. Cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno no Brasil.

APRESENTANDO O DEBATE SOBRE A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Buscando apresentar o debate acerca da gênese da questão social e sua articulação com o fenômeno da população de rua, iniciamos um diálogo com autores de grande expressividade na temática e que, embora apresentem abordagens diferenciadas, demonstram posição de concordância quanto à gênese da questão social: Cerqueira

Filho (1982), Netto, (1992; 2001), Yamamoto (1998; 2000; 2001) e Pereira (2001).

Sob a perspectiva analítica desses autores, a questão social “é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura” (Yamamoto, 2000, p. 27). Os autores situam sua gênese no momento em que o termo foi utilizado pela primeira vez, por volta de 1830, para referir-se ao pauperismo como fenômeno generalizado, no início do capitalismo industrial. Destacam que “seu reconhecimento enquanto questão social relaciona-se com seus desdobramentos sócio-políticos” (Netto, 2001, p. 43), “ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (Cerqueira Filho, 1982, p.21). Afirmam, ainda, que esta “não existiu antes da Revolução Industrial, porque foi a partir dessa Revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a burguesia e o proletariado” (Pereira, 2001, p. 59).

Castel (1998), a partir de outra perspectiva teórica, acrescenta importantes contribuições nesse debate. O autor realizou um denso estudo sobre a condição do trabalho ao longo da história e teve, como delimitação de pesquisa, a realidade da Europa, especificamente da França. Seu caminhar teórico objetivou justificar a questão social e, no percurso realizado, foi desvendando a conformação do fenômeno da população de rua e sua relação com a questão social, apresentando-as como realidades articuladas e relacionadas à relação capital x trabalho. Entretanto, para ele, ambas remontam às origens do capitalismo.

Para Castel a questão social já se apresentava nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, antes de sua formulação explícita no século XIX, sendo, portanto, anterior a 1830 e anterior à Revolução Industrial. Este autor identifica a gênese da questão social no período anterior a Revolução Industrial e encontra fundamento e justificativa através de uma análise das políticas preconizadas a respeito dos pobres. Assim como o autor, consideramos exagero não reconhecer nenhuma mudança nessas “políticas”¹

entre o início do século XIV e o fim do século XVIII. Ademais, salientamos, sem temer uma simplificação exacerbada, que tais ações constituíram, e de certa forma ainda constituem, variações sucessivas em torno de três aspectos recorrentes e que, por vezes, se apresentam isolados ou simultaneamente: a atitude diante dos pobres se deu, durante esse período, em uma dialética entre assistência e repressão; sobre um fundo produtivista claramente marcado a partir do século XVII; e sobre a busca incessante de tornar os pobres rentáveis.

Castel assinala que

(...) modos sistemáticos de intervenção em relação a algumas populações: repressão da vagabundagem, obrigação do trabalho, controle da circulação da mão-de-obra. Havia, pois, então, não só o que chamarei de “sócio-assistencial”, mas também intervenções públicas através das quais o Estado desempenhava o papel de fiador da manutenção da organização do trabalho e de regulador da mobilidade dos trabalhadores. Por quê? Porque uma “questão social” já se apresentava nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. A interdependência cuidadosamente encaixada dos estatutos numa sociedade

ordenada é ameaçada pela pressão que exercem todos que nela não encontram seu lugar a partir da organização tradicional do trabalho. A questão da vagabundagem, como se verá, expressa e dissimula, ao mesmo tempo, a reivindicação fundamental do livre acesso ao trabalho, a partir do que as relações de produção vão se definir em nova base (ibidem, p. 31).

Assim, para o autor, a questão social se apresenta antes, durante e depois da Revolução Industrial, até a contemporaneidade, agora de forma mais intensa e diferenciada. Castel salienta que a existência da questão social através do tempo impõe o retorno a suas origens para conhecer o presente e agir sobre ele, de acordo com suas manifestações atuais. Para ele:

A questão social é uma apória fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (ibidem, p. 30).

Castel aponta a necessidade de identificar e buscar desvendar as

metamorfoses da questão social, esclarecendo que

a palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança de seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social (ibidem, p.28).

Em concordância com Castel (1998), e sem a intenção de questionar a sociedade capitalista madura enquanto um ponto culminante e determinante no processo histórico de constituição das formas da sociedade dividida em classes nos arriscamos a identificar nas sociedades ocidentais européias, a sucessão de duas problematizações, ou expressões, de uma mesma questão social.

A primeira problematização se inscreve do século XIV ao fim do século XVIII, onde a questão social se expressava na pobreza das sociedades pré-industriais, embora neste período ainda não fosse denominada enquanto

tal.ⁱⁱ A segunda, que domina o século XIX, é a do pauperismo associado à industrialização, desenvolvida anteriormente de forma mais detalhada.

Entendemos que a questão social não se reduz à existência da pobreza, e seu surgimento está relacionado ao momento em que os problemas sociais são remetidos à sociedade em seu conjunto, porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo esse sistema. Compreendemos que as formulações da questão social aludem, portanto, de maneira indissociável, às relações sociais estabelecidas em modos de produção específicos. Tal compreensão nos remete diretamente a relação que se estabelece em momentos históricos distintos e determinados, entre o que é produzido coletivamente e apropriado de forma privada por uma classe determinada. Em conformidade com Marx, acreditamos que:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravos, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção

uma luta por vezes velada, por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa (Marx e Engels, 1998, p.9).

Assim, a fim de buscarmos a gênese da questão social, nos remetemos, aos momentos precedentes à questão social na forma entendida por Castel. Na sociedade fundada sobre os laços da vassalagem, nos idos do século VII, Castel aponta que a precariedade fazia parte da vida de todos, não rompendo com o pertencimento comunitário e embora recusando a mobilidade e o novo, sendo eficaz com relação à desfiliação. Segundo Castel:

Semelhante estabilidade permite compreender que, nessas sociedades, a pobreza possa ser imensa e generalizada, sem criar uma “questão social”. (...) É claro que já existem andarilhos e pessoas isoladas. Representam, mesmo desde antes do ano mil, uma constante da paisagem. Mas estão fora da comunidade e das áreas de vida “domesticadas” (organizadas como *domus*, como casas) (Castel, 1998, p.55)

Para Castel, a figura central do

pobre na sociedade feudal é o vagabundo, o “desafiliado”ⁱⁱⁱ por excelência, já que não se inscreve, em profissão alguma e não tem nenhum vínculo geográfico estável. Para ele a representação do “vagabundo” chegou a ser “sobredeterminada pela reminiscência ameaçadora” dos andarilhos e pessoas isoladas descritos acima. Entretanto, Castel destaca que o “vagabundo” representa um “outro tipo”, desfiliado de uma ordem à qual pertenceu anteriormente, ou seja, ele só aparece em um mundo do qual se desatrelou. O “vagabundo” pertence à massa dos pobres que somente dispõem de sua força de trabalho e que somente pode viver dela. Nesse aspecto Castel (ibidem, p.56) assinala que estes estão submetidos a uma dupla coerção, afinal têm que trabalhar ao mesmo tempo em que não o podem fazer.

A “vagabundagem”, de maneira residual, se fez presente em diversos momentos, mas, depois das transformações advindas da grande Peste Negra do início do século XIV, ela ganhou uma amplitude até então sem igual, e começou a ser percebida como uma ameaça à ordem social tradicional. Castel (idem) chama atenção para o fato de que somente a

partir da “desconversão” da sociedade feudal é que podemos demarcar o surgimento da problematização do social. A partir de então podemos falar da emergência de uma questão social no sentido aqui definido.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA EM ALGUMAS METRÓPOLES DO BRASIL

O olhar atento sobre a realidade permite a configuração de situações, que embora apresentem especificidades, conformam uma caracterização comum à grande parte daqueles que vivenciam as ruas, nas mais diferentes cidades do país. A breve caracterização deste perfil em algumas metrópoles brasileiras, no período entre 1995 e 2005, é baseada no trabalho de pesquisa^{iv} realizado por Silva (2006), cujo estudo, partiu da reunião e análise de dados de oito levantamentos censitários realizados por institutos como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e o Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc), em quatro capitais brasileiras: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). Segundo a pesquisadora, o perfil traçado é bastante próximo da

realidade, pois os dados adotados têm uma metodologia bastante afinada e partiram dos mesmos pressupostos. (Silva, 2006, pp. 111 e 112).

De forma geral, Silva destaca que homens entre 25 e 55 anos, alfabetizados, com quatro a oito anos de estudo, com alguma experiência profissional, mas que perderam o emprego e os vínculos familiares e permanecem cada vez mais tempo nas ruas, constituem o perfil do morador de rua brasileiro.

Diante da análise dos números, a autora aponta que, em média, 77,87% são adultos homens. Silva destaca que a variação das pessoas em situação de rua^v, por sexo, não segue a tendência do censo populacional, relacionando-se muito mais com a situação do mercado de trabalho e a composição do desemprego do que com a divisão da população total das cidades por sexo. (ibidem, pp. 114 e 115). A autora verificou que a maioria dos moradores de rua, 72%, teve uma experiência de trabalho anterior à sua ida pras ruas. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Destacam-se entre essas experiências aquelas vivenciadas nas áreas da construção civil, indústria, serviços e

ocupação doméstica. Já nas ruas as relações de trabalho tornam-se ainda mais precarizadas. Silva prossegue assinalando que as pesquisas tomadas como referência apontam que, entre aqueles que sobrevivem nas ruas exercendo alguma atividade para obter rendimentos, encontram-se a prática de atividades ligadas a carros, ou seja, lavar, vigiar ou limpar pára-brisa, a coleta de materiais recicláveis e a mendicância. A autora destaca que em relação às atividades de mendicância, no Recife, corresponderam a 47,77% em 2004 e 31,72 em 2005; e, em Porto Alegre, o percentual de 18% em 1995 e com 46,50 em 1999. Diferentemente, em São Paulo, como principal atividade desenvolvida para ganhar dinheiro, apareceu a coleta de material reciclável, com 18% em 2000 e 31,50% em 2003. Silva destaca que a coleta de recicláveis apareceu com mais evidência em Belo Horizonte em 1998 de 15,61% e em 2005 42,80%. Enquanto em Belo Horizonte esse percentual aumentou, a autora destaca que no Recife, ao contrário, houve uma redução de 21,74% em 2004 para 17,90% em 2005. (ibidem, pp. 129 e 130).

Na busca de uma configuração do perfil contemporâneo da população

de rua, Silva assinala que a escolaridade também foi abordada e destaca que, em média, 70,04% deles sabem ler e escrever e tem escolaridade entre 1ª e 8ª série do ensino fundamental. (ibidem, p. 117). Outra constatação que merece destaque foi o crescimento do número de pessoas que vivem nas ruas. Em São Paulo, entre 2000 e 2003, houve um crescimento de 19%, de 8.706 para 10.934. Enquanto isso, em Belo Horizonte, houve um crescimento de 27% em sete anos. Outro dado que também chamou a atenção aconteceu entre 2004 e 2005 na cidade do Recife. A cidade registrou um aumento de 84% da população em situação de rua. Silva assinala que a condição de trabalho da cidade do Recife se deteriorou muito no período e ficou entre as piores do país.

Além disso, a quantidade de moradores de rua provenientes da própria cidade ultrapassou o número daqueles que se originam de outras. Silva destaca que nas cidades cujos dados foram utilizados em sua pesquisa, com exceção de São Paulo, a maioria absoluta da população de rua é do próprio estado e das capitais. Em Belo Horizonte, por exemplo, em 1998, eram 60,48% de mineiros os moradores de rua, sendo 43,12% oriundos de cidades

do interior e 17,36% de Belo Horizonte. Já em 2005, 77,90% são do estado de Minas Gerais, sendo que 32,64% são de Belo Horizonte e 45,26% de cidades do interior. (Silva, 2006, pp. 119 e 120). Sob esse aspecto, Silva destaca que até a década de 1980, a migração no Brasil era muito intensa. A partir de então ocorreram mudanças de produção significativas. As próprias grandes cidades é que passaram a produzir os moradores de rua.

Sobre as relações familiares, Silva aponta que somente cerca de 10% dos moradores de rua encontram-se acompanhados da família. Esse dado, segundo a autora não significa que essas pessoas não tenham família, mas que os vínculos familiares ou se encontram frágeis ou já foram rompidos definitivamente. Nesse ponto observamos que quanto maior o tempo de vida na rua maior o distanciamento com a família.

Silva alerta para o fato de que grande parte dos moradores de rua são dependentes químicos e não têm acesso às políticas sociais, o que agrava sua situação de vulnerabilidade. Um dos fatores que piora a situação é a tendência à naturalização do fenômeno. Diante da ausência de pesquisas e

políticas públicas, a sociedade fecha os olhos para o problema e acaba atribuindo culpa aos próprios moradores de rua. (ibidem, p.133).

A POPULAÇÃO DE RUA EM UMA CIDADE MÉDIA BRASILEIRA: JUIZ DE FORA-MG

Os sujeitos da pesquisa apresentada nesse artigo são cinco (5) moradores de rua, todos do sexo masculino^{vi}, que vivenciam situação de pobreza extrema. A faixa etária dos entrevistados varia de 25 a 48 anos, e o tempo de rua de 6 a 12 anos. Nos referenciando em Vieira (2004, p. 95), entrevistamos aqueles para quem “a rua tornou-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva”, pessoas que vivenciam as ruas de Juiz de Fora há mais de seis anos^{vii}. Os resultados que apresentamos, divididos em dois eixos, de acordo com a estrutura elaborada para o roteiro das entrevistas e cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno, o perfil contemporâneo e as características da população de rua no país. Dialogamos, também, com um diagnóstico elaborado pelo município de Juiz de Fora^{viii}, que

também apresentamos de forma sintética e articulada aos relatos dos entrevistados.

“SER DA RUA”: A MORADIA DEFINITIVA

Apresentamos os sujeitos que compõem o universo de pesquisa priorizado em nosso estudo:

MATREIRO, nasceu em Juiz de Fora e sempre viveu aqui. É negro, tem 26 anos de idade e vive na rua há 07 anos. Quando o encontramos estava na esquina da Rua Mister Moore, no centro da cidade, acompanhado de um grupo de moradores de rua. Aceitou prontamente ser entrevistado e disse que “*quem dera fosse pra aparecer na televisão, quem sabe alguma muié boa visse e apaixonasse e quisesse eu*”. Escolheu seu “apelido” e disse que quando era criança muita gente o chamava assim, porque ele sempre foi de fazer arte.

CARIOCA, é branco, tem 31 anos, nasceu em Lima Duarte, veio para Juiz de Fora há 10 anos e vive nas ruas há 09 anos. Quando o encontramos estava deitado na calçada em frente ao “Núcleo de Cidadão de Rua”, no centro da cidade. Segundo ele, prefere dormir

do lado de fora porque a polícia sempre passa por lá e aí ele fica em segurança, mas não dorme lá dentro porque *“tem muito homem junto e sempre sai confusão e roubo”*. Disse que queria ser chamado de Carioca porque sempre gostou muito do Rio de Janeiro e queria ter nascido lá. Carioca aceitou ser entrevistado e disse que *“esses trabalhos são importantes para mostrar para o povo o que é viver na rua e que em Juiz de Fora tem muito morador de rua”*.

BICHO DE PÉ, é pardo, tem 48 anos e é de Bicas, vive nas ruas de Juiz de Fora há 12 anos. Quando o encontramos estava preparando-se para dormir, numa praça do bairro Poço Rico, região central da cidade, onde, segundo ele, *“às vezes tenho sossego para dormir em paz”*. Aceitou ser entrevistado e disse que seria bom conversar um pouco. Escolheu esse pseudônimo porque durante muito tempo sofreu com bicho de pé e nunca mais se esqueceu disso.

APÓSTOLO tem 32 anos, é negro e nasceu em Juiz de Fora, onde sempre morou, vive nas ruas há 16 anos. Quando o encontramos estava no Parque Halfeld, centro da cidade. Logo foi perguntando se era da Prefeitura

porque se fosse ele nem conversa queria. Disse que escolheu esse nome *“porque agora gosto de falar de Jesus por aí na rua”*. Aceitou ser entrevistado desde que fosse rápido porque ainda tinha muitas coisas para fazer antes de dormir e não gosta de conversa à toa, disse que *“esses trabalhos num adianta de nada, ocês vem aqui, fala, fala, e depois que vai embora tudo fica igual”*.

VITORIOSO, tem 28 anos, é pardo, nasceu em Juiz de Fora, onde sempre morou, vive nas ruas há 08 anos. Escolheu esse pseudônimo porque se considera um vitorioso diante de tudo que passa na vida. Quando o encontramos estava na Praça da Estação, centro da cidade, sentado em um banco num ponto de embarque e desembarque de ônibus. Informou que costuma dormir ali *“quando não é incomodado por ninguém mandando sair e ir pro albergue”*.

PERDA DOS LAÇOS DE PERTENCIMENTO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

Relacionamos nessa categoria elementos que representam indicadores de vivência familiar e comunitária anterior e posterior à vida na rua. A vida dos moradores de rua, segundo o relato

de quatro dos cinco entrevistados, aparece marcada, desde a infância e a adolescência, por conflitos, divergências e dificuldades de toda ordem no convívio familiar.

Quando Matreiro refere-se ao pai, fala do quanto a bebida atrapalhava o relacionamento familiar, cita, também, a submissão da mãe e, posteriormente, aponta como elemento central o trabalho, que em seu imaginário, poderia retirar a mãe e todos os filhos daquela condição de vida:

“(...) ele [o pai] bibia todo dia e batia ni nós...a mãe num sei como que guentava, tamém era uma fraca, nem pra colocá ele pra fora e i trabaiá num ia...prefiria apanhá e aí nós tudo apanha junto...era muito ruim, muito memo (...)” Matreiro.

Bicho de Pé, falou pouco sobre a família e o relacionamento familiar. Entretanto, demonstra em sua fala a falta de carinho e amor que relatou sentir em casa:

“(...) larguei eles tudo lá, nem sei mais o que foi feito desse povo, eles nunca me gostaro nem eu deles memo, então nem sei pra onde fôro pará, nunca mais vi nem escutei nada deles não”

Bicho de Pé.

O relato de Apóstolo é carregado de mágoa e rancor em relação à mãe que o abandonou ainda criança. Demonstrou um relacionamento afetivo bem expressivo com a avó, por quem foi criado depois que mãe o deixou. Não conviveu muito tempo com os familiares e se viu na rua com apenas 16 anos de idade. Assim, sua fala sobre laços familiares é curta e marcada pelo abandono:

“Morei poco tempo com minha mãe e minha irmã. Ela depois foi embora e levou a menina com ela, me deixou sozinho. Minha vó fico com pena e tomo conta de mim até que ela morreu quando que eu tinha uns 16 ano.” Apóstolo.

Vitorioso demonstra em sua fala uma grande necessidade de respaldo e convívio familiar. Entretanto, aponta claramente que isso nunca existiu em sua casa, com exceção de sua relação com as irmãs.

“(...) achei que pelo menos a mãe queria bem eu, mas nunca que foi na cadeia e quando que eu fui solto pergunta se dexaru eu entrá em casa, pergunta...dexaru nada, meteru cá porta na

minha cara, pai e mãe e meus irmão. As irmã não, as irmã me abraçaru, mas que adianta, num era elas que era dono da casa, fazê o que (...)” Vitorioso.

Apenas Carioca retrata um bom relacionamento familiar no período anterior à vida nas ruas:

“A gente vivia bem sim, meu pai trabalhava no laticínio lá, sabe qual? Minha mãe num trabalhava fora não. Mas aí quando meu pai perdeu o emprego tudo mudou, eu tinha uns 15 anos, acho (...) ele nunca mais conseguiu trabalhar de carteira na vida, acho que até hoje, nunca mais (...) aí a gente começou a plantar verdura no quintal de casa e vender pros vizinhos, dava um dinheirinho e dava também pra gente comer as coisas que plantava”. Carioca.

Dentre os entrevistados, todos moravam com a família antes de irem para a rua. Podemos observar um expressivo contingente de moradores de rua que mantinham relações familiares antes da vida na rua também no diagnóstico municipal. Destacamos que boa parte dos entrevistados, pelo diagnóstico municipal, quase 80% tinha um convívio familiar antes de ir pra rua, chegando até mesmo a ter casa própria (50,1%).

O diagnóstico municipal aponta sobre relação familiar e propriedade familiar do imóvel de moradia. Sobre esse aspecto destacamos que é preciso estabelecer uma diferenciação entre a propriedade legal do imóvel e outras formas de apropriação deste, ou seja, a forma como a pergunta foi feita pode ter ocultado ou mesmo confundido a questão da ausência do pagamento de aluguel, com o fato de serem proprietários do local de moradia. Nossos entrevistados demonstram que suas famílias, em sua maioria, não eram legalmente proprietárias dos imóveis onde moravam, de forma que não possuíam o registro legal da propriedade em seu nome e, portanto, não tinham acesso à propriedade legalmente constituída. Podemos conferir nos relatos:

“(...) a casa era nossa sim, mas nós num tinha escritura dela não, era nossa porque nois chegamo lá e fizemo e ninguém falô nada depois não (...) tamém a gente pagava as conta tudo que chegava e num arrumava confusão com ninguém lá não (...) ih moça, lá as casa era tudo assim (...)” Matreiro

Oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, as relações entre os

familiares dos entrevistados foram, na maioria dos casos, permeadas por discussões e desentendimentos. Estes conflitos provavelmente geraram fragilidades na organização familiar e contribuíram, juntamente com outros fatores, para a ida para as ruas, visto que, de acordo com Snow e Anderson (1998), as desavenças familiares são um dos fatores preponderantes para o rompimento do sujeito com o nicho social no qual está inserido.

O diagnóstico municipal aponta que um grande número de moradores de rua de Juiz de fora são de famílias numerosas e de baixa renda. De acordo com a pesquisa municipal, antes de ir para a rua, 83,2% estavam inseridos em grupos familiares com renda de até 3 salários mínimos. As repostas também sugerem pertencimento à famílias com grande número de membros visto que 59,6% dos entrevistados moravam em casas com mais de 4 pessoas. Esses dados são referendados pelas entrevistas que realizamos:

“A gente lá em casa num tinha nada, nem cama pra dormí, tinha uma só, nós durmia tudo junto memo, embolado assim ó (...) os homi e as muié tudo junto, as veis eu achava ruim e durmia

no chão memo, acho que foi aí que acostumei a dormi no chão, será?” Bicho de Pé.

“Lá em casa num tinha nada, olha dona, eu, pai, mãe, dois irmão maior que eu, duas irmã pequena e mais o tio do pai. Ninguém tinha emprego, as menina estudava, nós não.”
Vitorioso

Quanto à vida comunitária, percebemos que os vínculos, quando existentes, se apresentam frágeis e comprometidos em função de situações de vulnerabilidade familiar expressiva ou mesmo de desavenças com amigos e vizinhos.

“A gente num tinha amigo pq todo mundo olhava nós com cara de raiva, por causa que a gente sempre foi de briga, nem a mãe nem eu nós nunca dexamo falá mal de nós na rua. As pessoa lá falava da gente, sabe, cidade pequena, tudo cuida da vida da gente, né? Eles falava que a casa era uma zona, zona memo, de puta, sabe? Aí nós num gostava e batia neles tudo (risos) era até engraçado. Acho que aí que eu já sabia vivê sozinho memo, nunca tive amigo, aqui na rua então que piorô, prefiro mil veze ficá assim ó sozinho, do jeito que tô, que

ninguém mexe comigo, nem me roba as coisinha que consigo ganhá ou comprá quando faço algum serviçinho. Aí quando sinto falta arrumo uma muié, depois mando ela embora que não gosto de ninguém tomano conta de mim, eu que sei de como quero ficá, se quero bebê, se quero comê, se quero durmí, num gosto que se mete”. Bicho de Pé

“Os vizinho me ajudava mas só um tempinho depois passava fome memo, de verdade, de duê a barriga e a gente desmaiá de vontade de cumê. Quando que a gente é pequeno os povo até que ajuda a gente depois que cresce ninguém qué mais sabê. Acha que nós é tudo vagabundo, que num qué nada”. Apóstolo.

No que diz respeito aos processos de ruptura e saída para a rua, um entrevistado relatou que a morte da avó que o criou exerceu um papel determinante, impulsionando-o para tentar a sobrevivência na rua.

“Morei poco tempo com minha mãe e minha irmã. Ela depois foi embora e levou a menina com ela, me deixou sozinho. Minha vó fico com pena e tomo conta de mim até que ela morreu quando que eu tinha uns 16 ano. Aí a coisa ficô feia, nós num tinha casa, num tinha mais ninguém pra me cuidá. Fiquei sozinho memo. (...) Juntei com uns muleque de

onde que eu morava e a gente fazia um povo na rua pra arrumá dinheiro pra comê, mas eles tudo tinha casa, casa ruim, mais tinha. Eu não. (...) chegava de noite, eu ia era prum terreno no alto do bairro e ficava lá quetinho pra ninguém me achá e querê me levá pro juiz. Ficava lá, todo dia, de dia, saía de novo pra tenta arrumá comida e depois voltava de novo pra lá. Fiquei assim, até que quando que cresci achei milhó morá no meio da rua duma vês. Aí desci do morro e fui garimpá aqui em baixo”. Apóstolo

A perda de familiares seja por morte ou desentendimento com esses, não há dúvida, é um acontecimento desestruturante, mas que atuou nos entrevistados como força motivadora de ida para as ruas somente em conjunto com outros eventos, tais como a crescente pauperização decorrente do desemprego familiar ou próprio.

“(…), mais aí nós fomo fazê uma carteira no centrão, precisava de dinheiro pra saí com uma menina aí, nessa época a gente já queria namorá, mas nem tinha como, aí nós fomo pra rua, pra pegar um desses metidinho aí e tê dinheiro pra sai com as muié que a gente queria...deu tudo certo, saimo, namoramo bastante e quando que eu cheguei em casa o pai sabia de tudo, me bateu, machucô eu memo,

rancô sangue e tudo...até parece né...ele num tinha cara pra fazê isso ni mim não, nunca valeu nada, mas eu acho que ele gostava era de batê memo, na gente...e a mãe tamem num feiz nada, ficô só lá chorano...aquilo me deu uma raiva que num guentei, bati nele tamém, até doê minha mão...quando que eu cansei, parei, arrumei minhas coisa e fui embora, lá em casa num tinha nada direito memo, nunca mais voltei (...)". Matreiro.

"Aí eu fui cresceno e acabei ficano com raiva daquela vida lá. Eu num tenho estudo sabe, mas memo assim eu vim pra cá, larguei eles tudo lá, nem sei mais o que foi feito desse povo (...). Eu sabia que num ia arrumá nada bão aqui tamém, mas pelo menos os otro num ia mais ficá cuidano da minha vida". Bicho de Pé

Neste ponto parece que a falta de apoio dos familiares atua como um elemento a mais enredando essa intrincada situação, visto que os entrevistados relatam que os conflitos familiares, com os pais no núcleo familiar originário, exerceram um papel importante na ruptura com a vida em casa e a saída para a rua. O sujeito, desempregado, sem dinheiro e, não encontrando, na família, o suporte emocional e financeiro de que necessita, fica ainda mais enfraquecido e

desesperançado. Intimamente ligado ao desemprego está o aumento da pobreza e as cobranças sociais, que pressionam o indivíduo a arcar com o ônus da vida sedentária, tais como contas a pagar, despesas domésticas, aluguel, etc., tornando a situação insustentável e impulsionando o sujeito à rua.

"(...) agora já tenho novos colegas e que já aprendi a viver na rua, ia ter que aprender a ter casa e no mundo de hoje não vale mais a pena ter casa, mulher e filhos não, é melhor ficar sozinho memo, dá menos dor de cabeça." Matreiro

A vida na rua pode ser considerada, nesse contexto, como uma resposta radical a essa diversidade de problemas relatados; como uma tentativa de fugir da sociedade (Snow & Anderson, 1998). A maior parte dos entrevistados, ao que tudo indica, não "optou" pela "rua" por livre e espontânea vontade, e sim foi levada a essa condição de vida por fatores que fugiram a seu controle. Dessa forma, é possível pensar, assim como Castel (1998), que o caráter da trajetória de vida dos moradores de rua não é decorrente apenas de fatores individuais de inadaptção.

Logo que chega à rua, o morador de rua dificilmente identifica-se com outros ou insere-se em algum tipo de coletividade. A ausência de vínculos e referenciais estáveis o conduz a um individualismo exacerbado e veemente, de modo que as normas sociais de conduta são colocadas em segundo plano, visto que o que prevalece, na realidade, é o “cada um por si”. Já no caso dos moradores de rua que, segundo Vieira (2004), já “são da rua”, ou seja, já estão há muito tempo na rua e romperam várias barreiras que tinham quando chegaram, o cotidiano de rua é marcado pelo estabelecimento de vínculos afetivos com outros que encontram-se em igual condição.

“(...) eu num tava acostumado, eu tinha medo dos outros me batê, me robá, sei lá, num conhecia ninguém, eu era bobo, agora eu sei que aqui na rua a gente é tudo amigo porque a gente vive ruim igual, a gente ajuda uns ajuda os outro, mas quando eu cheguei eu num sabia e num quis ficá na rua (...)”. Carioca

“(...) esse negócio desse povo que fica ino pra lá e pra cá de cidade né pra mim não. Aqui pelo menos eu cunheço tudo, as ruas, as pessoa que ajuda, os lugar que dá cumida. Nem ligo que eles fica falano que eu num quero

nada cá vida, tamém, cum essa vida da gente a gente num tem que querê memo não, senão piora mais”. Vitorioso.

A vida na rua parece implantar na existência dos sujeitos pesquisados um sentimento constante de incerteza, decorrente da precariedade e desassistência características desse modo de vida. A busca pela sobrevivência é contínua e incessante, o que torna o cotidiano sofrível e desgastante, tanto física quanto mentalmente. Assim sendo, retornar a referenciais estáveis, geográfica e afetivamente constitui desejo da maioria. Muitos deles, no entanto, parecem não acreditar nesse retorno, principalmente em virtude da falta de perspectivas. Os resultados dos trabalhos de Snow e Anderson (1998) com populações marginalizadas e itinerantes também apontam nessa direção.

“Eu até que eu queria sair da rua, mas atrás de mulé num vô mais não, nunca mais...mas tamém num sei como saí da rua mais, num tenho emprego, ninguém me dá, eu tamém nem sei mais fazer nada, num aguento mais, acho que a cachaçada acabô comigo, mas tamém, eu bebo memo, vô ficar

fazendo o que aqui, no frio, sozinho, na rua, dia inteiro, noite inteira, esperando a morte chegar, só". Carioca

“É claro que eu queria uma casa de verdade, muié, filho, mas num tem jeito não, eu num guento cuidá nem de mim, mais...fico só esperano uma hora que tudo vai acabá pra mim, aí pronto”. Bicho de Pé

Scorel confere grande importância à dimensão da sociabilidade primária, em função do tipo de relações que historicamente foram mais importantes para a garantia de proteção social. A autora afirma que, no Brasil, onde as condições de cidadania vêm sendo construídas de modo lento e precário, já antes da década de 80 o emprego formal não se estendia à grande maioria da população e a família ocupou sempre papel central na definição do lugar dos indivíduos na sociedade, de forma que a desvinculação sociofamiliar ganha importância na garantia de proteção aos indivíduos. Assim, sua desagregação torna-se o fator central no processo de ida para as ruas. (Scorel, 1999)

Segundo Scorel, a desvinculação dos moradores de rua traduz-se num não pertencimento a grupos sociais e na não participação nas

dimensões sociais da vida humana. Para a autora essa condição pode ser definida “como a daquele que está ‘sem lugar no mundo’, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (ibidem, p.18).

Observamos, quanto ao pertencimento familiar e comunitário, que existe uma convergência expressiva entre as informações obtidas nessa pesquisa, no “Perfil da população com vivência de rua em Juiz de Fora” e, também, no perfil nacional descrito por Silva (2006) no capítulo anterior.

PERDA DOS VÍNCULOS COM O MERCADO FORMAL E INFORMAL DE TRABALHO

As trajetórias de vulnerabilidade dos vínculos com essa dimensão ocorrem num contexto de diminuição dos postos de trabalho, precarização, instabilidade ocupacional e dificuldades de inserção da mão-de-obra não-qualificada. A não inserção no mundo do trabalho se caracteriza especialmente pelo fato de que tem aumentado o contingente populacional economicamente desnecessário e supérfluo ao sistema capitalista.

As transformações sociais, políticas e econômicas da atualidade parecem exercer um papel determinante na desterritorialização dos sujeitos e na impulsão e permanência de vida na rua. O desemprego, decorrente da crescente exigência de qualificação, praticamente impossibilita os sujeitos com pouca capacitação de competirem no mercado de trabalho, estigmatizando, excluindo e marginalizando os indivíduos desprovidos de uma ocupação. No entanto, a deficiência de qualificação não é o único fator que contribui para as altas taxas de desemprego dos tempos atuais. Mesmo que todos os trabalhadores atualmente desempregados procurassem obter melhor qualificação e formação profissional, continuaria havendo um excedente de mão-de-obra disponível no mercado, pois como afirmou Castel (1998), no mundo contemporâneo há um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social.

Os moradores de rua, dessa forma, podem ser considerados, segundo a terminologia proposta por Castel (1998), como “sobrantes e inadaptados sociais”, por não conseguirem acompanhar a dinâmica da sociedade capitalista e viverem “sob o

signo da inutilidade social”, impossibilitando a inscrição nas coerções da atual conjuntura econômica e em estruturas sociais portadoras de sentido. Assim sendo, vivem marginalizados, à beira de um abismo social, o que causa um impacto psicológico severo e intenso.

Nas entrevistas realizadas identificamos a ausência de inserção no mercado formal de trabalho como traço uniforme na população pesquisada. Também destacamos que os familiares dos moradores de rua entrevistados, também possuíam vínculos frágeis com o mercado de trabalho, se concentrando na realização de atividades informais sem garantias de trabalho asseguradas. Os relatos expressam claramente o desejo de trabalhar aliado ao desânimo e descrença em uma inserção formal que os possibilite sair das ruas. Retratam, ainda, a forma como os moradores de rua são “enxergados” pela sociedade ou como eles mesmos se vêem diante do mundo.

“Num trabaiei de cartêra não, quando que eu era menino e morava lá em casa ainda, eu ajudava o pai quando ele dexava, ele num gostava de me levá não, falava que eu ficava andano

atrás dele e que ele num gostava disso não...tamém quando eu já tinha idade de trabaiá eu já morava na rua e aí trabaiá de cartera como moça? Quem quer morador de rua atendeno na sua padaria? (...) assim que eu vim pra rua até que procurei emprego, nas loja, nas padaria, nas casa dos otro pra fazer trabaio de pedreiro que eu aprendi cum pai um poco de como fazê, mas depois parei, ninguém me ajudava memo, aí passei um tempinho guardano carro mas tamém é ruim porque os otro morador de rua que faz isso acha que a rua é deles, aí o cê tem que pagá pra eles, aí ocê trabaia muito de noite, num dorme e num ganha nada quasi, agora eu fico dormino e num faço isso mais não, num sô bobo (...) as pessoa num dão emprego pra nós não, a gente num tem nem conta de luiz pra mostrá onde mora, como vô mostra, falá que moro aqui no meio da rua, aí que eles num dão memo, emprego...eles tamém tem medo, nojo da gente, porque a gente chega perto deles tudo sujo, mas como que vô ficá limpo na rua, num tem jeito...num tenho nem ropa pra trocá, aí fico pensano, pra que tomá banho tamém?” Matreiro

“(...) aí eu procurei emprego, mas eu num achei nada, tinha estudado, mas nunca tinha trabalhado lá em Lima Duarte, aí já viu, fica difícil, né? Agora eu já sei que num posso mais trabalha normal, sabe? Normal de atender as

pessoas ou de vender as coisa, num posso mais, porque eu bebo muito e num consigo pará e tamém porque eles num dão emprego pra nós que somo sujo, feio, mal cuidado, só os bacana é que consegue emprego, aí a gente fica cada vez mais pobre, feio, sujo e rasgado, né? Fazê o que?” Carioca

“Nunca trabaiei não, nem de cartera nem sem cartera, nunca me dero emprego, deve ser porque eu sô estranho, né? Num sei nem falá direito, tá veno? Como que vô quer trabaiá? Num tem jeito não moça, se a moça fô prcurá emprego vai ficar difícl num vai? E eu então? Ninguém nem me vê, só me vê na rua quando é pra me mandá saí daqui, dali, sabe cumé que é? (...) Eu já larguei mão, a gente pede pra trabaiá ninguém acha que a gente presta, a gente roba é pior, vai pra cadeia e aí pronto. Então tem que ficá quieto no canto da gente memo, esperano o que acontece depois de todo dia. Se num fosse as pessoa que me ajuda, que fica com dó, eu já tinha morrido moça. Faz tempo”. Bicho de Pé

“Nunca nem procurei emprego de cartera porque as pessoa tudo já sabe que eu moro na rua, ocê acha que essa cidade é grande mais num é é nada, todo mundo sabe que eu sô da rua memo, tamém né? Tudo sujo desse jeito, sem casa, sem nada, nem se eu fosse eles dava emprego pra mim memo, credo!” Apóstolo

“Até que eu procurei emprego, mas num arrumei nada, aí parei. Sabe, as pessoa olha a gente torto porque tamém nem endereço a gente tem, nem na rua, porque cada dia tenho que durmi numa rua diferente pra tê sossego, senão eles tira a gente. E tamém eu num sei nem lê, as irmã minha lia, os irmão não. Eu aprendi, mas só um poquinho, não aprendi muito não, é difícil. Fico oiano a moça escreveno rápido e pensano, nossa, a moça é de lê e de escrevê, eu num sô não. tamém nem preciso né? Que que adianta sabê escrevê na rua (...)”.
Vitorioso.

Percebemos nos trechos escolhidos que os moradores de rua após alguma procura de trabalho acabam desistindo diante das dificuldades encontradas e da falta de perspectiva que se agrava na medida em que a permanência nas ruas se prolonga por anos e anos. Alguns apresentam uma visão de si mesmo que reforça a estigmatização imposta pela sociedade de forma geral. É grande o desejo de pertencimento. Os moradores de rua demonstram em suas falas que quanto mais ficam nas ruas, menos se sentem membros efetivos dessa sociedade e mais alijados e distantes se encontram de possuírem trabalho, família e

relações comunitárias.

O diagnóstico municipal aponta alguns dados relevantes sobre a relação dos moradores de Juiz de Fora com o trabalho. Com relação ao trabalho informal a pesquisa aponta que 97,01% dos entrevistados se consideram nessa situação, 5% se declaram aposentados, 1,5% empregados e somente 1% se considera desempregado. Esses dados se cruzados com os depoimentos que colhemos nos permitem uma reflexão interessante.

Em geral, de acordo com as entrevistas que realizamos, os moradores de rua ao responderem o questionamento feito no diagnóstico podem ter considerado trabalho informal as atividades que realizam de forma esporádicas e sem sistematização alguma, como vender doces no sinal, eventualmente, ou esporadicamente “guardar carros” nas ruas. Assim, consideramos problemática essa classificação, uma vez que não acreditamos ser correto afirmar que os moradores de rua, com as características dos que pesquisamos, realizam atividades no mercado informal de trabalho de forma similar aos trabalhadores que, por exemplo, se dedicam diariamente a atividades

especializadas, ou não, como a coleta de material reciclável, a atuação na construção civil e outras. Pelos dados apresentados nas falas daqueles que entrevistamos temos clareza de que, em busca da sobrevivência, quando esgotam outras fontes de recursos e/ou doações, os moradores de rua recorrem à mendicância e à realização de pequenas atividades a fim de comprar comida, bebida ou cigarros, fato que a nosso ver não os caracteriza como trabalhadores informais.

“Já trabaiei só sem cartera memo, carregava uns saco de caminhão pra descarregá sabe? Então, mas aí eu ganhava dinheiro por dia, bebia e cumia tudo que que eu ia fazê?” Apóstolo

“Sabe que hoje eu preciso de dinheiro só pra bebê e fumá, porque comê eu como nas casa que me ajuda, as vezes ate dão comida no restaurante tamém, é só num fazê bagunça na porta deles que eles dão, banho quando eu quero eu tomo nos posto de gasolina, os cara é tudo chegado meu, me deixa tomá banho lá, intão ainda bem que eu preciso poco de dinheiro né? Senão, num sei como que ia fazê, o povo de dinheiro num gosta da gente não, tem raiva da gente num sê igual eles, num trabaiaá, mas a gente vai trabaiaá como? (...)Mas eu quando quero dinheiro, vô lá pro

sinal, fico pedino, se o dia tá fraco, eu faço umas coisinha de latinha, igual essa daqui sabe (mostra a miniatura de latinhas de refrigerante) e vendo ou troco com os colega a troco de cigarro i eles vende depois pra ficá cu dinheiro. É assim, nisso já tem sete ano que to assim (...)”. Matreiro.

Em suma, acreditamos que nem no mercado informal de trabalho os moradores de rua possuem uma inserção efetiva, fato que pode ser relacionado com a situação de extrema pauperização e péssimas condições físicas e mentais em que muitos deles se encontram. Esse fato os coloca em franca desvantagem em se tratando de uma comparação com os trabalhadores que, mesmo pauperizados, se encontram em atividade na informalidade.

Destacamos ainda que muitas vezes o discurso de procura de trabalho, por parte daqueles que vivem nas ruas, traduz a reprodução do discurso que é institucional e socialmente aceito. O discurso da busca por trabalho os afasta da condição estigmatizada de desocupados, “vagabundos”, preguiçosos. Assim, em nossa avaliação, as atividades eventualmente realizadas pela população de rua se relacionam muito mais com a

necessidade de luta pela sobrevivência do que caracterizam uma relação de trabalho informal.

No contexto atual a reprodução do capital deixa de exigir grande quantidade de trabalho humano, fazendo surgir os “desnecessários” ao mundo do trabalho. Dessa forma, esses indivíduos não exercem nem mesmo a função de exército reserva de mão-de-obra para a sociedade capitalista. No caso do Brasil, onde não conseguimos resolver os problemas antigos de desigualdade social e pobreza, esse fenômeno se manifesta de forma mais agressiva, empurrando para a miséria populações mais vulneráveis e deixando a possibilidade de saída dessa situação extremamente reduzida.

Para Castel, como já mencionado, a rua é a opção que resta aos “sobrantes”, pessoas invalidadas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e de emprego, fatores que conformam a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade. (Castel, 1998, p. 255). Para o autor, esses “sobrantes” são indivíduos “que foram invalidados pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte

anos e que se encontram completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuir-lhes”.(ibidem). Para sua sobrevivência, como todos na sociedade de consumo, dependem do mercado a diferença está em que esse mesmo mercado não mais precisa de sua força de trabalho, único valor de que dispõem para o processo de troca.

Em concordância com Castel (ibidem), Nascimento afirma que, aparentemente, o aumento da desigualdade social e do desemprego estão criando grupos sociais que não possuem acesso aos bens materiais e simbólicos, mas, sobretudo, que não têm possibilidades de encontrar um lugar no mundo do trabalho. A revolução científico-tecnológica recente está por trás deste fenômeno de forma mais abrangente e as crises sucessivas, após os anos 1970, de forma mais conjuntural. (Nascimento, 1994)

O autor prossegue pontuando que “um contingente cada vez maior de pessoas transforma-se de exército de reserva em lixo industrial. Não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem as qualidades requeridas para nele ingressar”. (ibidem, p. 35). Segundo

Nascimento, os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o governo. Em segundo lugar, com estas mudanças sociais ocorrem transformações nas representações sociais a respeito destes indivíduos. Pois, “os mesmos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados”. (ibidem, p. 40).

Acreditamos que essa parece ser a demonstração mais evidente de que estamos diante de uma nova e alarmante expressão da velha questão social. Acreditamos que seu cerne que já foi marcado pela pobreza maciça representada pelos “vagabundos” do século XVI, pela questão operária do século XIX, agora, com contornos ainda indefinidos, se encontra na restrição de grandes parcelas da população, dentre as quais se insere com preponderância a população de rua, ao mundo do trabalho e, de forma geral, ao conjunto das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada e outras.

A situação de pobreza extrema, ausência de moradia e inexistência de vínculos familiares e comunitários caracterizam grande parte dessa população. Ressaltamos que a população de rua é extremamente diversificada e estudá-la exige um recorte inicial bem definido. Por esta razão, delimitamos os moradores de rua que vivem nas ruas de Juiz de Fora, Minas Gerais, há mais de seis anos. Entendemos como moradores de rua aqueles que vivem, de fato, nas ruas da cidade e apresentam essa situação limite de sobrevivência e ausência de vínculos familiares e sociais.

Buscando associar a gênese desse fenômeno à gênese da questão

social, encontramos os “vagabundos” do século XVI que, fora de um mercado de trabalho ainda em formação, perambulavam pelas ruas das cidades expostos às legislações que coíbiam sua mobilidade espacial e os situava como ameaça à sociedade nascente. Assim, identificamos na acumulação primitiva, origem da sociedade capitalista, as condições de produção e reprodução dos moradores de rua enquanto questão social.

Concomitantemente identificamos aí, a gênese da questão social, que era respondida pelo Estado de forma coercitiva e repressiva, conforme buscamos demonstrar no corpo desse estudo.

A aproximação com o escopo teórico definido e com os moradores de rua pesquisados indica que a maioria deles é originária de famílias nas quais divergências e conflitos, motivados por inúmeros fatores, eram frequentes, gerando precariedade, fragilidade e instabilidade nas relações familiares e impulsionando o rompimento com as famílias originárias. Os motivos que os levaram à vida nas ruas possuem íntima ligação entre si e podem ser classificados basicamente em dois planos: pertencimento (dificuldades e ruptura das relações familiares,

inexistência ou ruptura de vínculos comunitários) e trabalho (desemprego e pauperização). Dessa forma, os moradores de rua não “optaram” por essa situação, mas, sim, foram levados por forças maiores, que não puderam ser controladas.

O cotidiano dos moradores de rua pesquisados é permeado por um sentimento constante de incerteza, decorrente do isolamento e da precariedade dessa condição que instala o provisório como modo de existência. A subsistência é árdua e imprevisível, obtida através do acesso precário aos serviços filantrópicos e/ou públicos, da realização de trabalhos esporádicos objetivando garantir o imediato e/ou da prática da mendicância. O uso do álcool na rua é constante, generalizado e associado principalmente à necessidade de esquecer problemas do passado, de adquirir maior encorajamento para enfrentar as condições de vida adversas e de evasão da realidade penosa. Os vínculos na rua mostram-se superficiais e provisórios, visto que os moradores de rua, geralmente, possuem dificuldades de inserção em coletividades de qualquer espécie, só restando como alternativa a solidão e o isolamento. A desconfiança e insegurança dominam

esse universo; o que os leva a viver sozinhos ou, no máximo, acompanhados momentaneamente, estabelecendo relações frágeis e não se apegando a nada e nem a ninguém. A ausência de vínculos e de referenciais estáveis ligados à rede social os torna altamente individualizados e, como consequência, superexpostos e vulneráveis. O desejo de conseguir um emprego, constituir uma família e um lar foram relatados como sonhos dos entrevistados. No entanto, há o reconhecimento de que a atual condição de vida oferece poucas oportunidades para a concretização dessas aspirações. Desse modo, os moradores de rua acreditam que esses desejos nunca se tornarão realidade.

Percebemos que o discurso do trabalho é assimilado como postura aceita socialmente e requisitada pelas instituições de atendimento. A trajetória histórica dos moradores de rua que são estigmatizados, criminalizados, discriminados, demonstra que o trabalho ocupa, de fato, um lugar central no discurso daqueles que buscam atendimento institucional, afinal, durante anos, e, ainda hoje, os moradores de rua convivem com o espectro da vagabundagem, vadiagem, e

outros conceitos amplamente propagados em nossa sociedade como sinônimos daqueles que vivem nas ruas. Assim, chegam até aos órgãos e entidades de atendimento com o discurso institucionalmente aceito, o discurso do trabalho. Importa observar que, esse sentido do trabalho se manifesta, embora muitas vezes eles não estejam em busca de trabalho, ou mesmo, não se encontrem mais em condições de trabalhar formal ou informalmente, em função de debilidades de saúde como doenças comuns àqueles que vivem nas ruas, dependência química, transtornos mentais e/ou comportamentais, e outros dificultadores para o trabalho em qualquer de suas formas e que se manifestam com uma dimensão mais exacerbada naqueles que vivem nas ruas.

A população de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Consideramos que, além da não inserção no mercado formal, ou mesmo informal de trabalho, os moradores de rua, por seu crescimento numérico e por não possuírem as habilidades requeridas para serem absorvidos, tornam-se “desnecessários economicamente”. Esse traço está relacionado ao fenômeno que atinge mesmo os países ricos, e que tem sido chamado de “desemprego estrutural”. Os moradores de rua, são postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são, no momento, “desnecessários”. Mas, não apenas isso. Sobre eles se abate um estigma, cuja consequência mais dramática seria a sua expulsão da própria “órbita da humanidade”, vivenciamos um contínuo processo de desumanização, na medida em que os moradores de rua, levando uma vida considerada subumana em relação aos padrões de sociabilidade, passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Adotamos a hipótese de que os moradores de rua, diferentemente do *lumpenproletariat* clássico, tornaram-se “desnecessários economicamente”. É como se o exército industrial de reserva, ao ultrapassar determinados limites,

viesses a se tornar “supérfluo”. Tanto mais que, por conta dos espantosos e contínuos avanços tecnológicos dos últimos tempos, parece consistente a hipótese de que a massa de miseráveis já não possui as qualificações necessárias para funcionar como “reserva”, da qual o setor dinâmico do capitalismo poderia lançar mão para comprimir salário. Nesse caso, como parece ocorrer no Brasil atualmente, o setor dinâmico da economia pode operar sem se preocupar com os moradores de rua que, de tão numerosos, deixaram de ser funcionais e passaram a constituir um estorvo. Trata-se de um estágio no qual segmentos que, importantes por seu número, já não têm nenhuma “importância” econômica. São os moradores de rua “sobrantes” (Iamamoto, 2000) ou mesmo “inúteis para o mundo” (Castel, 1998).

A população de rua, entendida dessa forma é um fenômeno ainda mais complexo e que guarda dimensões exatas de perversidade e barbárie. De acordo com a reflexão possibilitada pelas entrevistas, é possível verificar que a maioria está num processo de empobrecimento e desfiliação que remete aos seus locais e famílias de

origem. Verificamos ainda, que a inserção espacial e ocupacional em Juiz de Fora é caracterizada pela precariedade e instabilidade. O morador de rua, que sequer consegue inserção efetiva no mercado informal de trabalho ou moradia precária, acaba possuindo restritas possibilidades de ver sua situação se modificar, vivenciando um reforço do processo de empobrecimento e desfiliação reproduzido não só no segmento da população de rua, mas de muitos trabalhadores, e, não só em Juiz de Fora, mas em várias cidades brasileiras.

Abstract: This paper presents an extract of the MSc in Social Work, entitled "Population street in Juiz de Fora: a reflection from the social question" presented by the author in 2007 at the Federal University of Juiz de Fora-MG. The central approach combines a review should be undertaken from a study of the genesis of the social question, the situation of homeless people in Brazil, in general, and in an average city, seeking to identify common issues and diverse. Selected for presentation in this study, five interviews with homeless people in Juiz de Fora-MG, using a script prepared in advance. The analysis and interpretation of qualitative content was divided into two axes, namely loss of the bonds of family and community belonging and loss of links with the formal and informal work. Each axis was divided into a reflection that an

objective approach to the central features of the phenomenon in Brazil.

Key words: social question; Population street.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO. Coordenadoria de Atendimento à População de Rua. *Perfil da população que vivencia as ruas em Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 2007.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, G. *A "Questão Social" no Brasil: Crítica do Discurso Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de "exclusão social"*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis*. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

_____.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. *O Capital*. vol. 1. (Livro 1,

vol. I e II). 8. ed., trad. de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.

_____.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 6. ed., trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1998.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: *Cad. CRH*. Nº 21, jul./dez., pp.29-47. Salvador: 1994.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Temporalis*. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

PEREIRA, P. A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: *Temporalis*. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SNOW, D. A. & ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIEIRA, M. A. C. et al. *População de rua, quem é, como vive, como é vista*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NOTAS

ⁱ “Políticas” da forma que nos referimos aqui, não necessariamente têm a ver com a concepção de uma política estruturada a partir do Estado, mas, guarda relação direta com a forma como a sociedade entendia e articulava-se para responder as demandas advindas da pobreza e, posteriormente, da questão social, tal qual a entendemos.

ⁱⁱ A expressão aparece pela primeira vez por volta de 1830, conforme desenvolvemos no debate apresentado anteriormente e retomaremos mais adiante. Sob esse aspecto existe concordância entre Castel (1998) e Netto (2001).

ⁱⁱⁱ A desafiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. (Castel, 1998, p.50).

^{iv} A tese de Doutorado de Silva acaba de ser publicada pela Editora Cortez nesse ano de 2009 com o título “Trabalho e população em situação de rua no Brasil”.

^v A autora esclarece a opção pela terminologia: “(...) optou-se pela terminologia ‘população em situação de rua’, não para significar um tempo passageiro de permanência na rua (...). Mas, por considerá-la mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista”. (Silva, 2006, p. 105).

^{vi} Optamos por moradores de rua do sexo masculino em função da preponderância destes em relação às mulheres, conforme assinala Silva (2006) e a pesquisa “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora” (2007)

^{vii} O período de seis anos foi definido por já ter sido anteriormente utilizado como parâmetro no diagnóstico realizado pelo município de Juiz de Fora.

^{viii} A pesquisa “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora” identificou um universo constituído de 745 pessoas em situação de rua, dentre os quais 409 consideram-se catadores de material reciclável. Os catadores foram

abordados pelos pesquisadores em um tópico específico, que nós, neste estudo, não consideramos, uma vez que nossa reflexão tem como objeto aqueles que efetivamente moram nas ruas, conforme perfil demarcado anteriormente.